



Lorena Melo Silva

De: Ivo Mauro Filho <IMF@INTERTECHNE.com.br>
Enviado em: terça-feira, 31 de maio de 2016 18:26
Para: consulta publica.portaria
Cc: Marcelo André Gil de Oliveira; Ricardo Martins Pinheiro; Marcus Fernandes Araujo Filho
Assunto: Consulta Pública - Diretrizes Gerais sobre Capacidade do Sistema - portaria 172
Anexos: Portaria_172_ConsultaPublica_DiretrizesGerais_CapacidadeEscoamento.pdf; INTERTECHNE- Ficha de Contribuição Consulta Pública Capacidade de Escoamento.pdf

Prezados Senhores,

Conforme estabelecido nas diretrizes gerais da consulta pública para a elaboração da Portaria 172, segue anexo a contribuição da Intertechne contida na Ficha de Contribuição Consulta Pública Capacidade de Escoamento.

Atenciosamente,

Ivo Mauro Filho

Grupo de Energias Renováveis não-Hidráulicas

Superintendência de Estudos Básicos

Intertechne Consultores S.A.

Direto: +55 (41) 3219-7819



FICHA PARA ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA

NOME DA INSTITUIÇÃO: Intertechne Consultores S.A. - Grupo de Energias Renováveis não-Hidráulicas - Superintendência de Estudos Básicos

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

ATO REGULATÓRIO: Portaria MME nº 172, de 10 de maio de 2016.

EMENTA: Diretrizes gerais para definição de capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN para escoamento de geração de energia elétrica proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

| TEXTO/MME | TEXTO/INSTITUIÇÃO | JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO |
|---|---|---|
| <p>Art. 7º: Na definição de capacidade do SIN para escoamento de geração, nos leilões de que trata o Art. 1º, poderão ser considerados os seguintes critérios de operação para empreendimentos de geração intermitentes:</p> <p>I - percentual da capacidade de usinas eólicas, para quaisquer instalações de transmissão; e</p> <p>II - complementariedade entre as fontes eólica e solar em uma mesma subestação ou subárea.</p> <p>Parágrafo único. A EPE e o ONS poderão propor ao Ministério de Minas e Energia critérios distintos daqueles previstos no caput, que deverão constar da Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios.</p> | <p>Art. 7º: Na definição de capacidade do SIN para escoamento de geração, nos leilões de que trata o Art. 1º, poderão ser considerados os seguintes critérios de operação para empreendimentos de geração intermitentes:</p> <p>I - percentual da capacidade de usinas eólicas, para quaisquer instalações de transmissão;</p> <p>II - complementariedade entre as fontes eólica e solar em uma mesma subestação ou subárea;</p> <p>III – considerar somente o patamar de carga média para determinar a margem dos pontos de conexão das novas fontes fotovoltaicas candidatas à venda de energia; e</p> <p>IV – considerar a capacidade de geração e/ou absorção de potência reativa das fontes eólica e solar existentes e/ou previstas, assim como das novas candidatas à venda de energia, dentro dos limites conforme os “Requisitos Mínimos para a Conexão ao SIN” postulados nos Procedimentos de Rede do ONS e/ou Anexo aos Editais de Licitação dos Leilões da ANEEL.</p> <p>Parágrafo único. A EPE e o ONS poderão propor ao Ministério de Minas e Energia critérios distintos daqueles previstos no caput, que deverão constar da Nota Técnica Conjunta ONS/EPE de Metodologia, Premissas e Critérios.</p> | <p>No estudo de margem de cada ponto de acesso de uma nova fonte candidata à venda de energia no LER, tem sido utilizado o despacho à plena potência da respectiva usina em todos os patamares de carga. Este critério é sem dúvida muito rígido quando se trata de usinas fotovoltaicas no patamar de carga leve, uma vez que em grande parte dos períodos de carga leve estas fontes estarão sem sua energia primária, o sol. Outro critério utilizado nos estudos de margem é a capacidade nula no despacho de potência reativa de todos os geradores da região sob análise, deixando toda a responsabilidade do controle de tensão para os recursos disponíveis na Rede Básica.</p> <p>Porém, estes critérios se apresentam muito rígidos considerando o cenário atual, quando se constata o elevado atraso de inúmeras instalações de transmissão nos estados da Bahia e Piauí em decorrência da caducidade dos contratos de concessão das transmissoras controladas pela ABENGOA, responsáveis por grande parte da expansão da transmissão nessa região.</p> <p>As flexibilizações dos critérios aqui propostas são no sentido de viabilizar o acesso de algumas novas fontes fotovoltaicas nestas regiões profundamente afetadas pelo adiamento das obras de transmissão citadas.</p> <p>É importante destacar que esta proposta enseja somente a determinação das referidas margens dos pontos solicitados para o acesso e não afetam o MUST a ser contratado pelas novas fontes solares.</p> |
| | | 2 |